

Governo lança Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016 - 2022

Segundo o Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira enquadra-se na Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro em Moçambique e visa facilitar o conhecimento, acesso e uso efectivo de produtos e serviços financeiros, fornecidos por instituições reguladas, à toda população moçambicana, contribuindo para o aumento da sua qualidade de vida e bem-estar social. Trata-se da questão do acesso, que se dá pela proximidade (através da disponibilidade de um ponto de acesso, como por exemplo, uma agência bancária ou ATM próximo ao cliente), a sustentabilidade do mesmo (por exemplo, através da existência de horários de funcionamento convenientes).



A Missão Técnica do FMI termina visita a Moçambique e prevê uma contracção do PIB em torno dos 4,5 por cento e afirma ter alcançado progressos na identificação com as autoridades, de um pacote de medidas com vista ao reforço da transparência, melhoria de governação e garantia da responsabilização.

Pág. 4

Cidade de Maputo reduz concentração de balcões de bancos

Do total de cerca de 600 agências bancárias existentes em todo o país, 212 localizam-se na Cidade Maputo, o que representa uma redução de concentração ao nível nacional de 44,5%, em 2007, para 34,5% em 2016. Até 2007, a Cidade de Maputo contava com 122 balcões de bancos.

Pág. 6

Economia moçambicana cresceu 5.3% no I trimestre do ano

2016 – 2021: Moçambique lidera previsões de crescimento económico nos PALOP

Pág. 7

EDITORIAL

Economia: Desafios despontam em 2016



Dr. José Mussane - Secretário Geral da AMB

Em 2016 a economia moçambicana, como tantas outras economias, do mundo, continua a enfrentar um ambiente adverso com repercursões negativas, quer no abrandamento do crescimento, quer na aceleração dos níveis de inflação.

Avaliação feita pelo Banco de Moçambique sobre o comportamento recente dos principais indicadores macro-económicos do país, as projecções de inflação de curto e médio prazo, bem como os desenvolvimentos recentes da conjuntura económica doméstica e internacional, constata incertezas e riscos prevaletentes na conjuntura externa e interna, bem como a pressão inflacionária. Neste sentido, o Banco Central decidiu, no passado dia 13 de Junho, aumentar a taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 150 pb para 14,25% e a taxa de juro da Facilidade Permanente de Depósitos para 7,25%.

Reunido na sua sexta sessão Ordinária do presente ano, o Comité de Política Monetária do Banco Central decidiu também manter o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 10,5%, para

os passivos em moeda nacional, e em 15%, para os passivos em moeda estrangeira e reforçar a intervenção nos mercados interbancários de modo a garantir que o saldo da Base Monetária para Junho de 2016 esteja em linha com a previsão de 68.000 milhões de Meticais.

Não menos importante no primeiro semestre do ano, é a questão da dívida pública não declarada que reduziu níveis de confiança interna e internacional à ponto de se suspender o apoio financeiro dos doadores ao Orçamento do Estado. Existem analistas que afirmam que a dívida pública pode afectar severamente a situação económica do país e gerar conflitos sociais, agudizando o prognóstico negativo quanto ao futuro. Contudo, sem deixar de ser uma preocupação generalizada, o Governo esclareceu ao parlamento moçambicano e tranquilizou ao povo justificando que a dívida é ainda sustentável e anunciou aplicação de medidas de austeridade para atenuar os impactos do momento de crise que o país atravessa.

Vive-se internamente, para além da seca e cheias, uma

situação de depreciação do Metical e da tensão político-militar, dois fenómenos que condicionam o fluxo de mercadorias e a subida de preços de produtos alimentares.

Todos estes acontecimentos criam algum desespero nos consumidores e legitimam as diversas projecções, incluindo da missão técnica de avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) que prevê uma desaceleração do crescimento económico em torno de 4,5 por cento, um risco potencial de revisão em baixa desta projecção, em consequência da queda das receitas das exportações, dos custos crescentes de importações e da redução do Investimento Directo Estrangeiro.

Porém, há sinais de esperança de que a partir de meados de 2017 inicie uma recuperação gradual, em linha com as previsões mundiais, desde que sejam controlados os factores internos.

Enquanto o futuro vem, é tempo das instituições e pessoas singulares ajustarem as suas economias e acompanharem com serenidade a evolução da economia doméstica e global.

FECHO DO EXERCÍCIO DE 2015

BALANÇO, CONTAS E APLICAÇÃO DO FUNDO LÍQUIDO GERADO NO EXERCÍCIO

No exercício de 2015, a AMB apresentou um total de proveitos de MT 10.071.180,00 e um total de custos administrativos de MT 8.413.854,00, tendo-se registado um resultado operacional positivo de MT 1.657.326,00. As acções desenvolvidas ao longo do ano 2015, permitiram maximizar os resultados do exercício através de uma gestão controlada dos custos e optimização de receitas, facto que contribuiu para a geração do resultado líquido de MT 1.569.730,00.

Relativamente ao ano anterior, os proveitos totais aumentaram MT 3.496.303,00, o que representou uma variação positiva de 53%. Os principais motivos da variação crescente dos proveitos são os seguintes: (i) aumento das contribuições efectuadas pelos associados para cobrir as despesas de funcionamento e investimento da Associação; (ii) pagamento de jóia pelo Banco Mais referente a sua adesão à Associação; (iii) receitas de formação de Basileia II correspondente ao seminário organizado e promovido pela AMB em colaboração com a empresa Accenture.

Por outro lado, os custos totais em 2015 sofreram um acréscimo de MT 1.403.626,00, correspondendo a uma variação crescente de 20% comparativamente ao ano anterior. Os principais motivos que contribuíram para esta variação foram os seguintes: (i) revisão salarial dos colaboradores da Associação; (ii) aumento dos gastos nas rubricas "Fornecimento e Serviços de Terceiros, Outros Custos" em linha com a inflação anual; e (iii) incremento do custo com amortizações resultante do investimento realizado no imobilizado corpóreo.

Na situação patrimonial verificam-se algumas alterações que merecem considerações específicas, a seguir apresentadas:



Activo: o total do activo situou-se em MT 6.021.411,00 correspondente ao aumento de MT 2.138.683,00 (+55%) em relação ao anterior. Esta variação crescente justifica-se por um lado, pelo aumento dos activos tangíveis resultante do investimento efectuado no imobilizado corpóreo (aquisição de viatura e outros equipamentos de escritório), e por outro lado, pelo incremento verificado na rubrica Devedores (passou de MT 210.853 para MT 2.336.997) que justifica-se pelo valor em dívida de três Associados, tendo os mesmos já regularizado os valores que estavam em atraso.

Passivo: o saldo da conta do Passivo não Corrente (Dívidas a Terceiros M/L) situou-se em MT 483.862,00 em 2015, correspondendo essencialmente a empréstimo para investimento (aquisição de viatura) contraído no Barclays Bank com prazo de reembolso de 36 meses. Relativamente ao Passivo Corrente (Dívidas a Terceiros - Curto Prazo), verificou-se um aumento de MT 85.091,00 (+15,7%) que justifica-se basicamente pelos seguintes aspectos:

Dívida ao Fornecedor Wita Serviços (Estudo Pesquisa Bancária) e dívida ao Estado de Retenções de IRPS da 2ª Categoria.

A situação líquida do exercício de 2015 foi de MT 4.909.847,00 correspondente ao incremento de MT 1.569.730,00 (+47%) em relação ao ano anterior.

Em conformidade com as disposições estatutárias, a Assembleia Geral da AMB reunida em sessão ordinária de 30 de Março de 2016, deliberou a aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2015, com a aplicação do Resultado Líquido positivo de MT 1.569.730,00 a ser transferido para o Fundo Líquido Acumulado da Associação.

Teotónio Comiche
Presidente da Direcção

Missão da equipa técnica do FMI termina visita a Moçambique

Uma equipa do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada por Michel Lazare, visitou Moçambique entre 16 e 24 de Junho de 2016, para avaliar os desenvolvimentos económicos recentes e dar contributos para a concepção das medidas correctivas necessárias para evitar uma maior deterioração do desempenho económico.

Num comunicado final e que tivemos acesso, a missão técnica do FMI, afirmou que

o país “enfrenta desafios económicos difíceis. Espera-se que o crescimento económico em 2016 decline para 4,5 por cento (de 6,6 por

cento em 2015), quase três pontos percentuais abaixo dos níveis históricos, com substanciais de baixa nesta projecção. A inflação tem vindo a subir rapidamente (atingindo 16 por cento em Maio). A política fiscal em 2015 e na primeira metade do ano em curso foi excessivamente expansionista, com um aumento do crédito líquido ao governo que excedeu largamente as metas do programa. Simultaneamente, o Metical desvalorizou-se em cerca de 28 por cento desde o início do ano e as reservas internacionais continuaram a declinar. Se as constatações do corpo técnico que não representam necessariamente os pontos de vista do Conselho Executivo do FMI, acrescentam que a descoberta, em Abril, de USD 1.4 mil milhões (10,4 por cento do PIB de Moçambique) de créditos anteriormente não revelados, lançou o stock da dívida no final de 2015 para 86 por cento do PIB.

De acordo com avaliação da missão

técnica do FMI, a dívida pública de Moçambique tem agora a alta possibilidade de ter atingido um nível de risco elevado de sobreendividamento. Perante tal cenário, acrescenta o comunicado, o desempenho ao abrigo do programa de Facilidade de Crédito *Stand-by* foi decepcionante, tendo sido falhada a maior parte dos critérios de avaliação e de desempenho ou metas indicativas para o fim de Dezembro de 2015 e fim de Março de 2016.

de dívida não revelada.

A missão concordou ainda que as iniciativas recentes, por parte da Procuradoria-Geral da República e de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar a dívida anteriormente não revelada, constituem passos importantes para restaurar a confiança, embora tenha sublinhado a necessidade de medidas adicionais. Em particular, seria necessária uma auditoria internacional e independente às empresas AMATUM, Proindicus e

MAM, sendo as duas últimas empresas que receberam financiamento dos empréstimos anteriormente não revelados.

Finalmente, a missão indica que discussões decorreram numa atmosfera

cordial e construtiva e que os progressos adicionais na implementação efectiva das medidas macroeconómicas correctivas e das medidas com vista ao reforço da transparência, melhoria da governação e garantia da responsabilização, abriram o caminho para a retoma das discussões do programa em fase posterior.



O comunicado informa ainda que a missão e as autoridades acordaram que este contexto exige um pacote urgente e decisivo de medidas de política para evitar uma deterioração acrescida do desempenho económico. Em particular, são necessários apertos substanciais ao nível fiscal e monetário, bem como flexibilidade da taxa de câmbio, para restaurar a sustentabilidade macroeconómica, reduzir as pressões sobre a inflação e a balança de pagamentos, e ajudar a aliviar as pressões sobre o mercado cambial, para restaurar o equilíbrio entre oferta e procura no mercado cambial. Foi ainda acordado que o ajustamento deve preservar os programas sociais críticos.

Outro sim, a missão informa que realizou bons progressos na identificação, com as autoridades, de um pacote de medidas com vista ao reforço da transparência, melhoria da governação e garantia da responsabilização, e para, tanto quanto possível, evitar a recorrência

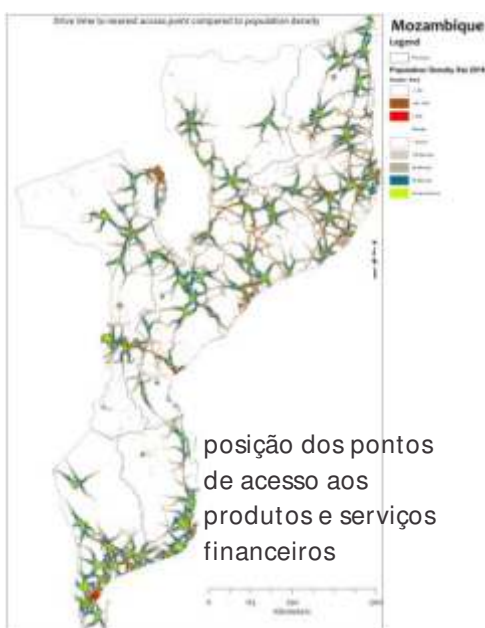
Governo lança Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016 - 2022

Para incrementar os níveis de acesso da população e das empresas aos serviços financeiros formais, o Governo lançou, formalmente, no passado dia 6 de Julho, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016–2022.

Segundo o Ministério da Economia e Finanças, a ENIF 2016 - 2022, é composta de três áreas prioritárias: (i) a expansão dos pontos de acesso aos produtos e serviços financeiros pelo país inteiro, em particular, para as áreas rurais e periurbanas, visando melhorar a proximidade e disponibilidade de uma gama de produtos e serviços financeiros adequados à toda a população e empresas; (ii) o incremento do número de utilizadores dos referidos serviços, principalmente por via do incentivo à abertura de novas contas bancárias e sua utilização efectiva, bem assim a promoção da poupança financeira e outros serviços oferecidos pelas instituições financeiras reguladas; e (iii) a melhoria dos níveis de conhecimento, capacidade e protecção do consumidor financeiro e da população em geral, sobre produtos e serviços financeiros, bem como o funcionamento das instituições financeiras.

Estão envolvidos na definição e implementação desta ENIF 2016 - 2022, o Ministério da Economia e Finanças (Presidente do Comité Directivo), o Banco de Moçambique (entidade dinamizadora), os órgãos ministeriais, instituições de tutela do Governo e sectores afins da sociedade civil.

Para o entendimento do Governo, Inclusão Financeira é um processo de conhecimento, acesso e uso efectivo de produtos e serviços financeiros, fornecidos por instituições financeiras, para toda a população moçambicana, contribuindo para o aumento da sua



qualidade de vida e bem-estar social. Uma definição tridimensional que aborda para além da questão do acesso, que se dá pela proximidade (através da disponibilidade de um ponto de acesso

como, por exemplo, uma agência bancária ou ATM próximo ao potencial cliente), a sustentabilidade do mesmo (por exemplo, através da existência de horários de funcionamento convenientes).

A Estratégia de Inclusão Financeira está disponível na página electrónica do Ministério de Economia e Finanças (www.mef.gov.mz); do Banco de Moçambique (www.bancomoc.mz); da Bolsa de Valores de Moçambique (www.bvm.co.mz); do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (www.issm.gov.mz) e da AMB (www.amb.co.mz)

Graça Machel recomenda maior coordenação para beneficiar a mulher na inclusão financeira

A situação financeira do país é dos assuntos na ordem do dia, actualmente. Atenta ao facto, Graça Machel admite que há falta de inclusão financeira para as mulheres, no país, e defende que é preciso haver maior coordenação entre os diversos intervenientes, para que as moçambicanas tenham maior espaço no sistema financeiro.

A posição foi defendida no Primeiro

Fórum Internacional da Mulher Empreendedora, que juntou vários países africanos.

A activista social diz que só com uma coordenação mais efectiva é que é possível a mulher ter maior espaço no sistema financeiro, caso contrário, nada irá mudar.

O evento Internacional da Mulher Empreendedora contou também com a presença do Governador do Banco de

Moçambique, Ernesto Gove, que defendeu maior produtividade agrícola para estancar o défice de cereais. Ernesto Gove diz que é possível acabar com esse défice, para o efeito, há que investir no trabalho árduo.

Cerca de duzentas pessoas participaram do primeiro fórum Internacional da Mulher Empreendedora, que decorreu sob o lema “A inclusão financeira das

Cidade de Maputo reduz concentração de balcões de bancos

Do total de cerca de 600 agências de bancos existentes em todo o país, 212 localizam-se na Cidade de Maputo, cobrindo um total de sete distritos urbanos, o que representa uma redução de concentração ao nível nacional de 44,5%, em 2007, para 34,5% em 2016. Até 2007, ano em que foi lançada a estratégia de bancarização da economia moçambicana pelo Banco de Moçambique, a Cidade de Maputo contava com 122 balcões de bancos.

Apesar da redução da concentração de balcões de bancos, a Cidade de Maputo continua a ser a que maior concentração de bancos apresenta a nível nacional, o que representa um desafio aos bancos no alargamento, diversificação e melhoria de qualidade dos produtos e serviços fornecidos aos clientes.

Estes dados foram divulgados no passado dia 25 de Maio, pelo representante do Banco de Moçambique, Dr. Henrique Eugénio Matsinhe, durante a cerimónia de inauguração da Unidade de Negócios Corporate e Private do Banco MAIS, na Cidade de Maputo.



Dr. Henrique Eugénio Matsinhe
Banco de Moçambique

Na ocasião, o Dr. Henrique Matsinhe referiu que as estratégias sobre a bancarização da economia lançada em 2007, e sobre a inclusão financeira, aprovada em 2016, têm o objectivo comum de aumentar, aproximar ao cidadão e diversificar os pontos e formas de acesso e uso dos serviços financeiros formais, quer através da expansão física de balcões de bancos pelo território nacional, quer através das virtualidades que as novas tecnologias de informação

e comunicação proporcionam usando as redes computacionais e de telefonia móvel atingindo, deste modo, as zonas mais recônditas.

Para o efeito, o Dr. Henrique Matsinhe disse que os bancos devem ser mais criativos e inovadores, explorando e maximizando as virtualidades que as tecnologias de informação e comunicação proporcionam, de modo a alargar os pontos através dos quais o cidadão pode ter acesso a produtos e serviços financeiros formais sem que tenha de deslocar a um balcão físico de um banco.

Ciente dos desafios que os bancos têm e tendo presente o objectivo de aproximar os serviços financeiros ao cidadão, o Dr. Henrique Matsinhe informou que o Banco de Moçambique criou, através do Aviso n.º 03/GBM/2015, de 4 de Maio, a figura de agente bancário, que constitui outra via através da qual os bancos podem assegurar a expansão geográfica dos seus serviços.

Para conter a pressão inflacionária: O BM reforça medidas financeiras

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique (BM), reunido em sessão ordinária no dia 13 de Junho de 2016, decidiu aumentar, com efeitos imediatos, as taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência (FPC) em 150 pontos base para 14,25% e de Depósito (FPD) em 150 pontos base para 7,25%.

De acordo com o Comunicado, o BM decidiu também reforçar a intervenção nos mercados interbancários de modo a garantir que o saldo da Base Monetária para Junho de 2016 esteja em linha com a previsão de 68.000 milhões e manter o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 10,5%, para os passivos em moeda nacional, e em 15%, para os passivos em moeda



estrangeira.

As medidas surgem na sequência da avaliação do BM sobre os desenvolvimentos recentes da conjuntura económica internacional, onde se destaca a prevalência de incertezas quanto à recuperação da

caracterizada pelos acentuados riscos de pressão inflacionária, reflectindo os efeitos da depreciação do Metical, da estiagem nas regiões sul e centro do País, bem como do excesso de chuvas na região norte, agravados pela tensão político-militar que condiciona, entre outros, a livre circulação de pessoas e bens em algumas das principais rodovias do País.

O CPMO tomou nota dos impactos esperados nos indicadores do sector externo resultantes da eventual execução das garantias emitidas pelo Estado decorrentes de responsabilidades externas contraídas por entidades nacionais, o que pode demandar medidas de ajustamento tendo em vista assegurar a sustentabilidade da dívida externa e a estabilidade macroeconómica.

economia global, conjugadas com o ambiente de contínua deterioração dos preços das *commodities*.

Ao analisar a conjuntura doméstica, o BM constatou que a mesma continua a ser

2016 – 2021: Moçambique lidera previsões de crescimento económico nos PALOP

Moçambique deverá ser o País Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a registar maior crescimento económico no período compreendido entre 2016 e 2021, ano em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevêem uma taxa de crescimento real de 38,9%.

No relatório “World Economic Outlook” recentemente divulgado, o FMI antecipa para este ano um crescimento de 6,0% seguido de 6,8% em 2017, depois de em 2015 se ter situado em 6,3%.

A taxa de crescimento de 38,9% que se prevê venha a ser registada em 2021, deverá estar relacionada com o início, em 2018, da exploração das reservas de gás natural na bacia do

Rovuma, província de Cabo Delgado. Segundo as previsões do FMI, a seguir surgem São Tomé e Príncipe, com taxas de



5,0%, 5,5% e 6,0% em 2016, 2017 e 2021 e a Guiné-Bissau, com 4,8%, 5,0% e 5,0%, durante o mesmo período.

Cabo Verde aparece no penúltimo lugar de entre os cinco países africanos de língua portuguesa, com o FMI a preverem taxas

de crescimento económico para o arquipélago de 2,9%, 3,5% e 4,0% em 2016, 2017 e 2021.

A previsão do FMI relativamente a 2016 excede a divulgada há dias pelo Banco Central de Cabo Verde, que espera uma taxa de crescimento económico compreendida no intervalo entre 1,5% e 2,5%.

Por último aparece Angola com taxas de crescimento previstas de 2,5%, 2,7% e 4,3% para os anos de 2016, 2017 e 2021, depois de em 2015 se ter situado em 3,0%.

Economia moçambicana cresceu 5.3% no I trimestre de 2016

O produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, registou no primeiro trimestre deste ano, um crescimento de 5,3 por cento face a igual período de 2015, segundo dados divulgados no dia 19 de Maio pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Trata-se de uma cifra que não está longe da meta recentemente projectada para este ano, pelo Banco Mundial, que aponta para um crescimento do PIB de Moçambique em 5,8 por cento para todo o ano de 2016.

No entanto, o próprio Banco Mundial defende que o PIB moçambicano poderá recuperar para 7 por cento em 2017.

O Plano Económico e Social (PES-2016) prevê um crescimento de 7 por cento, mas devido a factores conjunturais, com destaque para a seca na região Sul e cheias e inundações no Norte, o Governo está a rever as suas metas do PIB, podendo as fixar em 6 por

cento.

Segundo o INE, o desempenho da actividade económica no primeiro trimestre de 2016 é atribuído, em



primeiro lugar, ao sector secundário que cresceu em 10 por cento, com maior destaque para o ramo da construção com 11,4 por cento, seguido pela indústria transformadora, com 9,9 por cento.

O sector terciário ocupa a segunda posição, ao registar uma evolução de 6,9 por cento, induzido pelo ramo de

restauração, com um crescimento na ordem de 8,7 por cento.

Enquanto isso, o sector primário cresceu em 2,7 por cento, impulsionado pelo ramo da indústria de extracção mineira, com uma variação positiva de 11 por cento

No período em análise, o ramo da agricultura, pecuária, caça, silvicultura, actividades relacionadas e pesca teve uma maior participação na economia, tendo em conta que o seu peso no PIB foi de 23,1 por cento, seguido pelos sectores dos transportes, armazenagem e actividades auxiliares e informação e comunicações, com uma contribuição global de 12,3 por cento.

O terceiro lugar é ocupado pelo ramo do comércio e serviços de reparação com 11,4 por cento, seguido pela indústria transformadora, com um peso de 8,5 por cento.

O aluguer de imóveis e serviços prestados às empresas e educação apresentam um peso de 7 por cento e 7.1 por cento, respectivamente. Os restantes ramos de actividade tiveram em conjunto um peso de 30.8 por cento.

Bancos moçambicanos capacitam-se sobre o Sistema Integrado de Pagamento Electrónico na SADC

Decorreu na Cidade de Maputo, nos dias 9 e 10 de Junho de 2016, uma formação sobre Sistema Integrado de Pagamento Electrónico na SADC denominado, em inglês, por *SADC Integrated Regional Electronic Settlement System* (SIRESS), direccionado para os Bancos Comerciais de Moçambique.

O SIRESS, é um sistema de pagamento eletrónico que tem por objectivo facilitar o comércio transfronteiriço na região da SADC. Esta plataforma permite aos bancos participantes efectuar liquidação de operações regionais, dentro dos países da SADC, em termos brutos e em tempo real.

É um sistema de pagamento transfronteiriço que trata exclusivamente dos pagamentos em moeda sul-africana Rand e opera através do Banco de Reserva da África do Sul, em nome do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais, que também actua como o banco de liquidação da SADC.

Durante os dois dias de formação, os representantes do Bancos Comerciais de Moçambique, agregados na Associação Moçambicana de Bancos (AMB), discutiram o contexto do surgimento da Associação dos Bancos da SADC (SADC BA), seu papel, a Comissão de Governadores do Banco Central, o projeto SIRESS e seus



Pat Adams (em pé), *Manager of Communications & Training of the SADC Banking Association*

utilizadores num espaço competitivo e corporativa.

Os participantes abordaram, igualmente, as regras de funcionamento do SIRESS, especificamente para o comércio transfronteiriço, com enfoque para o formato de mensagens técnicas e normas internacionais como base de

transmissão de pagamentos e de melhores práticas, o preenchimento de SWIFT, tipos de mensagens-chave utilizadas para a SADC.

A realização desta formação insere-se nos esforços em curso para a integração económica na região da SADC.



Técnicos da banca moçambicana que participaram na formação sobre The SADC Integrated Regional Electronic Settlement System (SIRESS) com a Pat Adams, *Manager of Communications & Training of the SADC Banking Association*

www.amb.co.mz



Ficha técnica

AMBNewsLetter: Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 07, Junho de 2016; **Coordenador Editorial:** José Mussane; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo; **Análise Económica:** Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz

Maputo - Moçambique